

26.10.2016 – 12h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Associação Nacional de Professores Contratados

João Bexiga de Almeida, César Israel Paulo e Maria Inês da Silva Pequeno Garcia.

Recebidos por: Deputados Pedro Alves (PSD, que presidiu à audiência), Porfírio Silva (PS), Luís Monteiro (BE), Ilda Araújo Novo (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP).

Assunto: Precariedade dos docentes.

Exposição: O Deputado Pedro Alves (do PSD, que presidiu à audiência) cumprimentou os elementos da delegação indicou a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os membros da delegação da Associação Nacional dos Professores Contratados (ANVPC) agradeceram a audiência e fizeram depois exposições com base em documentos escritos, que estão disponíveis na [página da Comissão](#). Em resumo, referiram o seguinte:

1. Em 2004 os professores contratados dirigiram-se à Comissão no sentido de se debruçar sobre a precariedade laboral dos professores contratados e hoje continuam sem soluções que a resolvam e demonstrem uma vontade do Estado de dissipar um problema que se arrasta há décadas;
2. A resolução da situação não tem grande impacto orçamental e podem ser dados passos para que a situação fique resolvida em 3 ou 4 anos;
3. O Ministro da Educação anterior pôs em marcha medidas para demonstrar às instituições comunitárias que estavam em curso soluções para minimizar a precariedade docente, a saber: foram realizados concursos de vinculação, criada uma “norma-travão” e iniciada a remuneração pelo índice 167 dos docentes contratados profissionalizados;
4. Salvo a questão remuneratória, as duas outras medidas não deram solução ao problema e tiveram um impacto perverso no sistema;
5. Os concursos extraordinários de vinculação permitiram a entrada para os quadros de muitos docentes que tinham desenvolvido funções maioritariamente em escolas particulares, preterindo os docentes do ensino público;
6. Só foi prevista a vinculação dos docentes com 5 contratos anuais completos e sucessivos, pelo que ficaram de fora muitos docentes com interrupções mínimas (devidas à “máquina concursal” do Ministério), tendo havido professores com pouco mais de 5 anos de funções que obtiveram vinculação, enquanto outros com 15 ou 20 anos não a conseguiram;
7. Propõem como solução realizar no ano letivo 2017/2018 um concurso externo de vinculação que tenha como linha orientadora o cumprimento da [Resolução da Assembleia da República n.º 35/2010](#) e permita vincular os docentes com 10 ou mais anos de serviço;



8. Em 2017 deviam ser vinculados todos os que contam 20 ou mais anos de serviço;
9. Deve ser utilizada no concurso uma diferenciação positiva (já utilizada noutros concursos) para os professores que têm exercido funções predominantemente em escolas tuteladas pelo Ministério da Educação;
10. É urgente definir o conceito de necessidades permanentes do sistema, considerando como critério para abertura de vagas todos os horários anuais e completos, por grupo de recrutamento, pedidos pelas escolas até 31 de dezembro do ano anterior, utilizando já este critério para o próximo concurso externo;
11. Solicitam a flexibilização da “norma-travão”, passando o limite para renovação dos contratos para 3 anos, aceitando interregnos entre contratos até um total de 120 dias no período de 5 anos e redefinindo o conceito de sucessividade contratual, aceitando-a para os contratos celebrados até 31 de dezembro;
12. Por último, perguntaram o que é que a Assembleia da República vai fazer a curto prazo e quando é que os Grupos Parlamentares apresentarão propostas.

Intervenção de seguida a Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP), referindo que o PCP conhece as preocupações expressas e tem feito intervenções nesse âmbito, tendo apresentado um Projeto de Lei que propõe a vinculação pelo tempo de serviço e graduação profissional, por ser a que menos prejudica os professores e desde que o docente responda por três anos consecutivos a um horário completo, por considerar que corresponde a uma necessidade permanente das escolas. Informou ainda que continuarão a acompanhar a questão.

Os representantes da ANVPC reiteraram que há necessidade de criar um critério que limite a entrada de docentes do ensino privado.

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que a precariedade na Administração Pública é grande e de difícil solução e o Governo está em negociação com os Sindicatos, a equacionar medidas graduais. Enfatizou a introdução de algumas medidas, com equidade, considerou que a resolução não pode ser de um momento para o outro e mencionou que a “lei-travão” gerou situações pouco lógicas e criou injustiças. Acrescentou ainda que há constrangimentos, mas está a trabalhar-se na solução gradual e pontualmente nas soluções injustas.

O Deputado Luís Monteiro (BE) mencionou que a aplicação da vinculação com 3 anos teve sempre deficiências e a “norma-travão” teve um efeito contrário na resolução das questões, tendo o Estado docentes a desenvolverem funções permanentes há muitos anos, registando-se muita precariedade. Informou ainda que o BE está a preparar uma iniciativa sobre a matéria, concluindo que está em causa um problema complexo, mas que deve ser resolvido quanto antes.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) considerou que algumas pretensões são legítimas e realçou que há muitas situações específicas e de difícil solução global. Reconheceu que a “norma-travão” gerou algumas dificuldades, concordou que as definições de conceitos são importantes e referiu que as necessidades permanentes, não têm sempre esta qualificação, referindo os efeitos de demografia e outros.

O Deputado Pedro Alves (em representação do PSD) referiu que a “norma-travão” foi uma conquista, tendo acabado com algumas injustiças e defendeu a necessidade de uma abordagem integrada, numa visão de melhoria do sistema. Considerou que há necessidade de equacionar as limitações à vinculação dos professores do ensino privado, que faziam parte da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

rede pública. Perguntou depois se já haviam reunido com o Governo, se tinham apresentado as respetivas propostas e que respostas tinham obtido.

Na sequência das perguntas e das observações feitas, os representantes da ANVPC referiram o seguinte:

1. Acreditam que o BE (que vai apresentar uma proposta brevemente) e o PS estão abertos às propostas;
2. O Governo anterior criou uma diferenciação positiva no concurso de professores do ensino artístico especializado e entendem que ela é essencial também neste momento;
3. O anterior Ministro da Educação vinculou 4.000 docentes e dispensou 30.000;
4. A criação do quadro de zona pedagógica agrava a mobilidade dos docentes;
5. A definição de conceitos é importante e o anterior Ministro definiu o horário anual, mas só abrange docentes colocados desde setembro, pelo que solicitam uma nova definição;
6. Para se dar estabilidade ao sistema, é importante redefinir as necessidades permanentes e a sucessividade, tendo salientado que ao longo dos anos tem havido muita subjetividade;
7. A “norma-travão” é importante, mas tem de ser revista;
8. Há longos anos que têm trabalhado com os Grupos Parlamentares, solicitando que se parta da vinculação dos docentes com 20 anos e gradualmente haja um aumento das vinculações;
9. Têm tido contactos permanentes com o Governo, mas as negociações atuais são do Governo com os Sindicatos;
10. Pedem a minimização da precariedade dos docentes.

A documentação entregue e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 26 de outubro de 2016

A assessora

Teresa Fernandes